

Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Biênio 2013-2015
Reunião Ordinária

Ata nº. 94 do Conselho do Plano Diretor Municipal que, aos vinte e nove dias do mês de Maio de dois mil e quatorze, às quinze horas e trinta minutos, na Câmara Municipal, reúne-se sob a Presidência do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Cidinei Rodrigues Nunes. Registram-se as presenças dos seguintes Conselheiros: 01) Hélio Carlos Campos Santos, DIOCESE; 02) Robson Pereira Batista, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JARDIM ITAPEMIRIM; 03) João Luiz Silva, ASCOSUL; 04) Juarez Monteiro Albernaz, ASCICI; 05) Jairo de Freitas Di Giorgio, SINDUSCON; 06) Mário César do Nascimento Moreira, UGT; 07) José Antonio do Amaral, CREA; 08) Andréa Lima Siqueira, CETEMAG; 09) Luiz Rogério Ramos Casaes, FAMMOPOCI; 10) Alex Vaillant Farias, CÂMARA MUNICIPAL; 11) Yuri Gagarin Sabino, AGERSA; 12) Cidinei Rodrigues Nunes e Ilvene Marise Rodrigues dos Santos, SEMDURB; 13) Paulo Henrique Chagas, SEMDEF; 14) Joana Olegário de Oliveira Fabre, SEMUTHA; 15) Joana D'Arck Caetano, SEMCULT; 16) Ricardo Coelho de Lima e Elizangela dos Anjos Silva, SEMDEC; 17) Fabiana Ramos Dias Caçador, SEMMA; 18) Antonio Fernandes Mastella, SEMGES e 19) Marco Antonio Carvalho Oliveira, SEMAG. **Ausentes os representantes:** ADESA, ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, IBAMA e IFES; **Ausentes os representantes com justificativa:** AMPES; SÃO CAMILO, OAB, IDAF e SEMO. Após verificação de quórum, o Presidente saúda a todos, declara aberta a reunião e anuncia a seguinte pauta: 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 92 e 93; 2. REFERENTE A INFORMAÇÃO QUANTO AOS ASSUNTOS QUE DEU ORIGEM AOS GRUPOS DE TRABALHO EM REUNIÃO ANTERIOR; 3. O NÃO CUMPRIMENTO DOS ARTIGOS 7º E 33º DO REGIMENTO INTERNO, QUANTO AS ENTIDADES QUE HOJE ESTARIAM FORA DESTA CONSELHO; 4. OFÍCIO RECEBIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REFERENTE A ASSUNTOS PERTINENTES AO PDM; 5. PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE GT PARA ACOMPANHAR ASSUNTOS TRATADOS NA 5ª CONFERENCIA; 6. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA DO CONDOMÍNIO DO ED. ADRIA, ATRAVÉS DO PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 24664/2013; 7. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DA DEFESA CIVIL; 8. SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO GABARITO PARA AV. JONES DOS SANTOS NEVES, ATRAVÉS DO PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 34340/2012; 9. SOLICITAÇÃO DE CRIAÇÃO DO POLO INDUSTRIAL PARA A LOCALIDADE DE CÓRREGO DO ÓLEO, NO DISTRITO DE CÓRREGO DOS MONOS, ATRAVÉS DO PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 12375/2014 e 10. INFORMES. **O Presidente apresenta o primeiro ponto da pauta**, referente a aprovação das atas 92 e 93 que é aprovado por unanimidade. **O Presidente** pergunta aos Conselheiros se poder haver inversão da pauta, já que os representantes da Defesa Civil encontram-se presentes para apresentação do item sete (7) da pauta. Diz que é um assunto importante para a sociedade, onde precisa do apoio do CPDM. Todos conselheiros concordam com a inversão da pauta. Neste momento o Presidente faz a apresentação da equipe, citando o nome de cada um presente. Estão presente **O sétimo ponto da pauta** é apresentado pelo coordenador da Defesa Civil Municipal, **Antônio Rizzo** que saúda a todos e apresenta a equipe presente. Flávia Toneto como consultora interna e Lúcio também como consultor técnico, além de apresentar a Defesa Civil Regional, o Comandante Buzzato, Tenente Erico e o Sargento Santos. Diz que se reúnem toda semana buscando melhores soluções para prevenção no município. Informa que na penúltima terça-feira da reunião da Defesa Civil estiveram presente o Secretário Municipal Cidinei Rodrigues e Paulo César, Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras. Diz ter sido uma excelente reunião e que naquela reunião viram a necessidade da Defesa Civil apresentar o assunto ao CPDM e expor sua necessidade. O Secretário Cidinei fez o convite para que esse espaço fosse utilizado. Diz que a preocupação é sobre a lei do PDM de agora para frente. Informa que a Consultora Flávia vai explanar os tópicos que tem necessidade de ser discutido com maior integração junto ao CPDM. Informa que trouxeram uma proposta da Defesa Civil Municipal, assim como a implantação de uma política integrada de prevenção, revisão da legislação respaldado por um laudo técnico, a observação do mapeamento de risco da nossa cidade, cautela nas alterações de gabarito e na

56 autorização da implantação de loteamento nas áreas consideradas de risco e último sobre uma ação
57 integrada de fiscalização junto a SEMDURB, guarda municipal, associação de moradores e demais
58 órgãos que sejam necessários. Estamos querendo organizar uma força tarefa para combater e minimizar
59 um pouco mais o que vem acontecendo principalmente na periferia da cidade. O Coordenador Rizzo cita
60 como exemplo uma área de risco no Bairro Village da Luz, no Bom Pastor. Diz que bem recente a
61 administração realizou os trabalhos para conter uma erosão no Fé e Raça. O serviço feito foi muito bom,
62 mas durou pouco. Informa que está todo tomado por pessoas que não querem ajudar, mas sim atrapalhar
63 o município. Diz que desordenadamente, nos finais de semana acontecem muitas escavações sem
64 qualquer fiscalização e sem qualquer autorização apropriada pelo município. Diz que com essas
65 escavações jogam terra em qualquer lugar não autorizado. Diz que aquela área já foi tomada,
66 constatado e registrado por fotos. Diz que existem moradores disputando terra e que algumas áreas já
67 estão cercadas. Diz que só através da autorização do CPDM e outros é que teremos sucesso nessa força
68 tarefa integrada para obter resultado positivo. Entrega ao Presidente alguns documentos através de CD,
69 contendo mapeamento de área de risco do município e outros. **A Consultora Técnica Flávia Toneto**
70 saúda a todos e diz que com chegada do Coordenador Antonio Rizzo foi iniciado uma nova proposta de
71 trabalho de integração de Desenvolvimento Urbano com as ações da Defesa Civil. Essa proposta faz
72 parte do plano de ação do gabinete de gestão integrada e alguns de vocês já fazem parte. Diz que foi
73 incluído recentemente o objetivo nove nesse plano de ações que fala da integração das ações da Defesa
74 Civil. Diz que vai citar alguns artigos do PDM que fala sobre a Defesa Civil em se tratando da segurança
75 da cidade. É um ponto importante, porque diariamente acontecem escavações indevidas e tudo isso vem
76 de um passivo que é histórico, mas não queremos colocar culpa em ninguém, o que queremos é escrever
77 uma nova história junto com Defesa Civil daqui pra frente. Temos que tentar minimizar e prevenir.
78 Temos que não só falar, mas começar a gir. Faz a leitura do artigo 75 do PDM que diz: "O Poder
79 Executivo manterá Sistema de Defesa da Cidade, visando coordenar as ações e atuar preventiva e
80 imediatamente nos casos de ameaça ou dano às suas condições normais de funcionamento. § 1º O
81 Sistema de Defesa da Cidade será constituído por órgãos públicos municipais, facultada a participação
82 de órgãos estaduais e federais e da comunidade. § 2º Os órgãos integrantes do sistema de defesa da
83 cidade articular-se-ão através de seus setores de fiscalização e controle, aos quais cabe o exercício do
84 poder de polícia administrativa em defesa do interesse público." Na sequência cita os órgãos que
85 possuem poder de polícia no município, assim como SEMMA e SEMDURB. Diz que a Defesa Civil não
86 tem poder de polícia e sim um órgão de complementação. Diz também que talvez seria o caso da
87 SEMUTHA também entrar na Força Tarefa. São órgãos que tem diretamente poder de polícia
88 administrativo. Esses órgãos podem autuar, notificar e interditar. Diz que pensando nisso, cita o artigo 76
89 do PDM que faz frisar o que é ameaça. O Coordenador aqui citou a área de risco do Bom Pastor, mas
90 nós temos inúmeras áreas de risco no município. Tanto em área de proteção ambiental, quanto em área
91 de encosta. Nós temos vinte setores de risco no município. Por um equívoco do passado, que nós não
92 vamos discutir de quem é a culpa, esse mapeamento não foi atualizado juntamente com todos os órgãos
93 da Prefeitura. Nós vamos fazer nossa meia culpa, mas temos responsabilidades e os outros órgãos
94 também tem. Os laudos de Defesa Civil também podem ser solicitados, então não há desculpas ou não
95 se estão ocupando área de risco. O mapeamento de risco é público e está disponível no site do CPRN e
96 pode ser solicitado junto a Defesa Civil. A principal atuação da Defesa Civil é na prevenção. Faz a
97 leitura do caput do artigo 77 e alínea a, do inciso I do PDM que diz: Art. 77 - a prevenção dos controles
98 das enchentes, desmoronamentos e outras situações de risco, através de ações do Poder Público, entre as
99 quais: a - o controle, a fiscalização e a remoção das causas de risco. Em resumo, ela diz que a lei do
100 PDM não está sendo cumprido. Diz que o principal ponto é combater as ocupações irregulares. Neste
101 momento, **o Consultor Interno Lúcio** apresenta quais são os setores de risco no município. Lúcio
102 lembra dos desastres naturais ocorrido em janeiro de 2011, na região serrana Fluminense, no Rio de
103 Janeiro, o que motivou a presidência da república a efetuar uma busca nas cidades decorrentes de
104 deslizamentos de terra e Cachoeiro foi uma delas. Então, à partir daí nós recebemos a visita de um grupo
105 de técnicos do CPRN. Naquela ocasião nós desenvolvemos o mapeamento das áreas de risco da cidade.
106 Diz que essas áreas de risco são passíveis de serem mudadas e existe classificação de vários níveis de
107 risco que podem ser cuidadas, através de contenção e outros. Fala de riscos pontuais que pode ser feito
108 mapeamento através de cadastro. Fala de um plano municipal de redução de risco. Esse plano é
109 importante para que o município possa trazer mais recursos para contenção de encostas e outros. Seria
110 ótimo para o município na prevenção. Fala da experiência junto aos técnicos implementando ainda mais
111 o que já havia sido iniciado. Cita o Bairro Nossa Senhora Aparecida, onde a Prefeitura pode fazer várias
112 contenções. Diz que se faz necessário um cadastro das áreas e que hoje só existe um polígono das áreas.

113 Cita quais são as áreas de risco, assim como o Zumbi e outros. **O Conselheiro Mário** informa que o
114 Bairro Zumbi tem vinte e cinco mil habitantes e que o IBGE é omissivo quanto a essa informação. Lúcio
115 diz que esse número apresentado seja de qual for é uma dificuldade de entender como risco classificado
116 como todo de R3, porque a gente vê que esse risco pontual não existe. nós não temos segurança de
117 afirmar se é todo de risco R3, ou não. Temos que muito caminhar ainda para definir quais são as áreas de
118 risco. Ali pode ter R1, R2 e não só R3. **O Comandante Buzzato** saúda a todos, parabeniza a
119 iniciativa, diz que Cachoeiro está na frente por ser a primeira cidade inscrita no Programa da ONU,
120 como cidade resiliente para redução de riscos e desastres no mundo inteiro. Essa iniciativa de integração
121 é importante, não adianta a Defesa Civil chegar depois que deslizou, depois que alagou. Temos que
122 colocar um basta, porque esse passivo mundial esperava a coisa acontecer para depois enviar o socorro.
123 Não se pensava na prevenção, na mitigação de forma a se evitar, ou seja tirar as pessoas do risco. A
124 ameaça sempre existiu e está aumentando. As previsões dos cientistas é que as tempestades que antes
125 eram de trinta, vão acontecer em dez anos, cinco e assim sucessivamente. O aumento populacional é
126 notório. Se o Poder Público passar a mitigar com obras estruturantes, nós teremos cidades mais seguras.
127 Encerra dizendo que o foco é de prevenção e não só de socorro. **O Presidente informa** que o
128 mapeamento será inserido no geoprocessamento para que todo licenciamento da Prefeitura venha usar
129 como base de aprovação de um empreendimento ou não. Peço que a Defesa Civil seja apoiada pelo
130 CPDM. **Carlos Camisão** diz está satisfeito pelo assunto, já que Cachoeiro tem essas dificuldades pelo
131 seu relevo. Diz que é um assunto que vai polemizar na hora que a Defesa Civil definir quais são as áreas.
132 Diz vai querer ver quem é que vai ter consciência. Cita como exemplo uma situação que aconteceu no
133 passado no Bairro Gilberto Machado, com deslizamento de terra e que no mesmo lugar está sendo
134 construído um espigão. Diz que o Bairro Gilberto Machado tem terrenos especulatórios. **O Conselheiro**
135 **Robson** questiona ao coordenador sobre algumas regiões como Coutinho, Pacotuba e o bairro Jardim
136 Itapemirim que sofrem com enchentes e que não estão relacionados como zona de risco e que os mesmos
137 deveriam ser inseridos, e disse que a comunidade de Coutinho e Pacotuba são as primeiras comunidades
138 que sofrem quando o rio começa a encher. Diz também que o bairro Jardim Itapemirim continua
139 sofrendo com enchentes e que deveriam buscar soluções para essas situações. Alertou também sobre a
140 situação do bairro Gilson Carone onde o poder público fechou os olhos para as construções sobre o
141 córrego que corta o bairro, que de acordo com ele, são indevidas e que assim que der uma chuva mais
142 forte na cabeceira deste córrego o povo daquele bairro seria muito prejudicado, e disse também sobre as
143 construções irregulares, as invasões que vêm acontecendo naquele bairro e acreditando que é em área
144 pública e que o poder público se coloca omissivo. **O Conselheiro Mário** diz ser morador do Bairro Zumbi
145 e isso vai muito mais além do que está sendo discutido. Diz que deve haver comprometimento da
146 fiscalização. Parabeniza a todos da Defesa Civil pela iniciativa de compartilhar a gestão envolvendo
147 também a sociedade civil representada pelo CPDM. Preocupa-se com desabamentos de casas e diz haver
148 muitas casas em Cachoeiro com ocorrência de desabamento. **O Coordenado Rizzo** agradece a todos e se
149 direciona ao Mário pedindo que entenda que é um início de um trabalho. **O Presidente** se despede dos
150 convidados da Defesa Civil e diz que o Conselho está à disposição deles. **O presidente** apresenta o
151 **segundo ponto da pauta** referente a informação que deu origem aos grupos de trabalho em
152 reunião anterior é apresentado inicialmente pelo **Conselheiro João Luiz**, onde fica informado
153 que o Grupo de Trabalho (GT) que trata do processo referente instalação de posto de gasolina
154 no bairro Aeroporto precisa de mais prazo já que ainda depende de resposta do ofício
155 encaminhado ao DETRAN para conclusão do parecer final através de relatório. **O Conselheiro**
156 **Mário** pede para a próxima reunião todo parecer do grupo. **O Conselheiro Amaral** diz que
157 temos que incorporar a visão do que clama a cidade para que a lei não venha injetar o
158 crescimento da cidade. Diz que deve se visto por região. **A Conselheira Ilvane** Informa que,
159 quanto ao GT que trata da alteração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) será
160 apresentado em outra oportunidade de reunião, uma vez que ainda precisa concluir o estudo.
161 Talvez seja apresentado na próxima reunião. **A Conselheira Fabiana** informa que o grupo já se
162 reuniu e que o GT que trata do assunto PDM x Código Florestal depende de uma proposta que
163 está sendo criada pelo CONSEMA, onde está sendo preparado uma resolução dando autonomia
164 aos municípios para decidirem sobre licenciamento de obras próximo à cursos hídricos em área
165 urbana consolidada. Por conta dessa informação o GT achou prudente em aguardar a aprovação
166 dessa proposta. **O Presidente** apresenta o **terceiro ponto** da pauta referente ao não
167 cumprimento dos artigos 7º e 33º do Regimento Interno, quanto as entidades que hoje estariam

168 fora do Conselho. A **Conselheira Ilvene** informa que foi encaminhado ofício as entidades que
169 estão penduradas em faltas para conhecimento da decisão do Conselho que de acordo com a
170 reunião anterior, transcrita na ata de nº 93, resolveram que somente após tomarem conhecimento do
171 assunto através de ofício, a entidade que continuar faltando será excluída ou convidada a se afastar do
172 conselho. Sabemos que o Regimento é claro quando diz que a entidade que tiver três faltas consecutivas
173 ou cinco alternadas deverão se afastar do Conselho. No entanto, o próprio Conselho resolveu que
174 somente após ciência da situação, através de ofício, se continuar desrespeitando o Regimento, aí sim será
175 afastados do CPDM. **O Conselheiro Mário** diz que gostaria que o Regimento seja obedecido. Ou seja,
176 não podemos descumprir o Regimento. **O Conselheiro Robson** diz que existe a preocupação de abrir
177 precedente para outras entidades. Diz que só uma questão de entendimento. Ou seja, se as outras vierem
178 a faltar deverão seguir o Regimento. Diz perceber também a ausência do Poder Público e pergunto se o
179 procedimento é o mesmo para eles. **O Presidente** informa que o Poder Público tem acento vitalício e o
180 seu conselheiro pode ser substituído como qualquer outro. **O Conselheiro Mário** diz que o Prefeito foi
181 muito feliz na fala dele, quando indica seu representante. Ele sempre fala em todos conselhos que dá
182 posse que os conselheiros são responsáveis pelos atos deles. Como ele é o chefe do executivo, acho que
183 ele tem que ser comunicado do que está acontecendo. Quase que não teve quorum por falta do Poder
184 Público. Acho que tem que haver sanção para eles também. **A Conselheira Andrea** se identifica e
185 lembra que quando da última reunião não teve quorum. Diz que a CETEMAG recebeu o ofício hoje e
186 ainda hoje através do superintendente foi encaminhado ofício a resposta a esse ofício. Quanto a fala do
187 Conselheiro Rogério sobre a entidade está substituindo seus conselheiros não foi feito, já que a entidade
188 considera que o Conselheiro Chrispiniano Reis é uma pessoa que representa com dignidade o Setor de
189 Rochas Ornamentais. **O Presidente** apresenta **o quarto ponto da pauta** sobre ofício recebido da
190 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico referente a assuntos pertinentes ao PDM.
191 Fica esclarecido que ofício trata de preposições visando ampliar e aprimorar a presença do
192 importante seguimento da economia local, assim como revisão do Zoneamento Urbano,
193 inclusive distritos constantes do anexo XVIII do PDM; criação de Zoneamento para áreas
194 urbanas e rurais que ainda não possuem definição na legislação municipal; revisão de índices
195 urbanísticos constantes do Anexo XI do PDM; atualização no site do município do PDM e de
196 seus anexos; delimitação física das localidades que formam o distrito, visto que os mesmos não
197 possuem bairros e definição para o cadastro imobiliário da Secretaria de Fazenda do
198 posicionamento correto do loteamento "Distrito Industrial Lauro Lemos Junior" e delimitação
199 física da localidade de Morro Grande. **O Presidente** diz que existem algumas empresas
200 precisando se instalar em algumas áreas onde ainda não existe Zona de Uso definido. Informa
201 que alguns desses assuntos solicitados já foram resolvidos e que a revisão do Anexo XVIII do
202 PDM já está sendo providenciado pela Engenheira Maria Goreth Camisão. Diz que ela tem uma
203 vasta experiencia a respeito do PDM e precisa de alguns critérios técnicos para discutir esse
204 assunto aqui no CPDM. **O Presidente** apresenta **o quinto ponto da pauta** referente a proposta de
205 formação de um Grupo de Trabalho - GT para acompanhar assuntos tratados na 5ª Conferencia que foi
206 sugerido pelo do Conselheiro Mário Nascimento. Diz que essa Conferencia foi um sucesso. **O**
207 **Presidente** pergunta ao Conselho se concordam com a formação do GT. Informa que a Conferencia foi
208 tratada com cinco temas. **O Conselheiro Mário** diz que existem as diretrizes da Conferencia que
209 posterior pode virar lei. Temos que discutir todas propostas oferecidas pelos grupos formados na
210 Conferencia. Diz ser necessário acompanhar o que está acontecendo, como por exemplo a situação da
211 Regularização Fundiária. **O Presidente** colocou em votação e verificou que somente um foi contra a
212 formação do GT. Foram indicados para formação do GT os seguintes membros: Mário, Amaral, Robson,
213 Ilvene e Fabiana. Diz que serão convidaremos os arquitetos da SEMDURB para dar apoio ao grupo. **O**
214 **Presidente** apresenta **o sexto ponto da pauta** referente a apresentação do Estudo de Impacto de
215 Vizinhança do Condomínio do Ed. Adria, através do processo protocolado sob nº 24664/2013. Neste
216 momento o Presidente informa a localização exata do empreendimento, situado à Rua Marcolino Lino de
217 Novaes, esquina com a Rua Astor Dilem dos Santos, no Bairro Vila Rica, além de esclarecer que a
218 análise do projeto foi aprovado através dos técnicos do licenciamento que teve no parecer final a
219 aprovação dos índices urbanísticos. Informa também que a Comissão Técnica Consultiva - COMTEC
220 analisou o Estudo de Impacto de Vizinhança e com parecer final favorável. Oportuniza o Engenheiro
221 Astor Dilem dos Santos Junior à fazer a apresentação do Estudo, além de informar as características do
222 edifício que pretende-se construir. Após esclarecimentos quanto a quantidade de unidades, metragem

223 quadrados, índices urbanísticos e outros. Diz também que o Termo de ajuste de Conduta Administrativo
224 - TACA foi celebrado junto a Prefeitura, onde no conteúdo do mesmo informa quanto a contra partida
225 exigida como medida compensatória no entorno do empreendimento. **O Presidente** detalha sobre essa
226 contrapartida, esclarecendo sobre a mudança de trânsito na Rua Dr. Ozires de Almeida Freitas, ficando a
227 cargo do empreendedor a responsabilidade na sinalização e outros, priorizando o comércio da região. Diz
228 também que as ruas que darão acesso ao empreendimento deverão ser recuperadas para não trazer
229 prejuízos às pessoas que moram no entorno, quando do término da construção. Diz que essa é uma
230 indicação da COMTEC. O Presidente faz a leitura do parecer da COMTEC. **O Conselheiro Jairo** diz
231 que é suspeito em falar, mas que ver com louvor um prédio de médio porte sendo construído, já que não
232 vai acontecer grandes impactos no local. Diz ser a favorável à construção e também favorável a
233 exigência da medida compensatória exigida pela prefeitura. **O Conselheiro Amaral** diz que o impacto
234 acontece, mas que em sua conclusão não vê nenhum impedimento para aprovação do empreendimento.
235 Dessa forma, diz ser favorável. **O Conselheiro Mário** diz não ser contra o empreendimento, mas existe
236 a preocupação de construção em uma área sobrecarregada. **O Presidente** esclarece que passam diversos
237 projetos na SEMDURB e esse empreendimento não vai trazer impacto na rua onde será construído. **O**
238 **Engenheiro Astor** esclarece que existem várias ruas de acesso ao empreendimento. **O Conselheiro**
239 **Mário** diz ser favorável a construção do empreendimento. Diz que seria interessante se a contrapartida
240 fosse investida no social também. **O Presidente** esclarece que a preocupação é de todos, mas a
241 contrapartida tem que ser direcionada para o Desenvolvimento Urbano. **O Conselheiro Robson**
242 preocupa-se com a licença ambiental. **O Engenheiro Astor** informa que está tudo certo e que esse
243 assunto não entra no TACA, mas na execução do empreendimento. O EIV é aprovado por unanimidade.
244 **O Presidente** apresenta o sétimo ponto da pauta referente a apresentação de proposta de integração das
245 ações da Defesa Civil e lembra que a apresentação foi feita no início da reunião, quando da inversão de
246 pauta. Neste momento **O Presidente** apresenta o oitavo ponto da pauta sobre a solicitação de alteração
247 do gabarito para a Av. Jones dos Santos Neves, através do processo protocolado sob nº 34340/2012. O
248 Presidente pergunta se é possível a formação de GT para estudar o assunto. Todos concordam e o grupo
249 é formado pelos Conselheiros Rogério Casaes, Hélio Campos, João Luiz, Ilvenc e Fernando Mastela. A
250 Coordenação dos dois grupos formados será decidido quando da primeira reunião dos grupos. O
251 Presidente, nesse momento esclarece que o projeto de alteração do artigo 37 do PDM foi encaminhado
252 ao Legislativo e recorda que um vereador pediu vistas do processo. **O Presidente** diz ainda que
253 encaminhará um ofício ao Presidente da Câmara para poder falar sobre esse processo. Quanto ao nono
254 ponto da pauta, tendo avançado o horário, decidiram deixar o assunto para a próxima reunião. **O**
255 **Presidente** encerra a reunião, às dezoito horas. Para tudo fazer constar, lavro esta Ata, que vai
256 assinada pelo Presidente, por mim e pelos demais presentes: Cachoeiro de Itapemirim (ES), 29
257 de Maio de 2014. ~~~~~
258

- 259 01) Hélio Carlos Campos Santos _____
260 02) Robson Pereira Batista _____
261 03) João Luiz Silva _____
262 04) Juarez Monteiro Albernaz _____
263 05) Jairo de Freitas Di Giorgio _____
264 06) Mário César do Nascimento Moreira _____
265 07) José Antonio do Amaral _____
266 08) Andréa Lima Siqueira _____
267 09) Luiz Rogério Ramos Casaes _____
268 10) Alex Vaillant Farias _____
269 11) Yuri Gagarin Sabino _____
270 12) Cidinei Rodrigues Nunes _____

- 271 Ilvene Marise Rodrigues dos Santos_____
- 272 13) Paulo Henrique Chagas_____
- 273 14) Joana Olegário de Oliveira Fabre_____
- 274 15) Joana D'Arck Caetano_____
- 275 16) Ricardo Coelho de Lima_____
- 276 Elizangela dos Anjos Silva_____
- 277 17) Fabiana Ramos Dias Caçador_____
- 278 18) Antonio Fernandes Mastella_____
- 279 19) Marco Antonio Carvalho Oliveira_____